

A SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DO OUTRO

THE SUBJECTIVITY IN THE OTHER'S SPEECH

Luana Santos Lemos
Mestre em Estudos Linguísticos
Universidade Federal do Espírito Santo
(luagora@yahoo.com.br)

RESUMO: O objetivo principal do nosso trabalho é discutir a subjetividade do locutor na incorporação do discurso alheio. Fundamentaremos nosso trabalho nos princípios dialogicos da linguagem de Bakhtin (1929, 1970 e 1979) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiociuística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b e 2008), auxiliada por categorias analíticas de Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) e conceitos teóricos propostos por Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008a[1995], 2008b). Nesse percurso investigativo, assumimos que a subjetividade existe e que o eu circunscreve a voz do outro, imprimindo-lhe um tom próprio, um sentido, por vezes, distante do discurso incorporado.

Palavras-chave: Subjetividade; Heterogeneidade; Discurso relatado; Semiociuística

ABSTRACT: The main goal of our work is to discuss the subjectivity of the speaker in the incorporation of the speech of others. We base our work on Bakhtin's principles of the *dialogic language* (1929, 1970 and 1979), the Semiociuistics Theory, developed by Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b and 2008), supported by Authier-Revuz's (1990, 1998 and 2004) analytical categories, and theoretical concepts proposed by Maingueneau (1997 [1987], 2004, 2008a [1995], 2008b). In this investigative journey, we assume that subjectivity exists and that one limits the voice of the others, giving it their own tone, a sense sometimes far from the embedded speech.

Keywords: Subjectivity; Heterogeneity; Reported speech; Semiociuistics

A inevitável presença da voz do outro em nossa prática de linguagem é uma questão tratada como consenso, nas últimas décadas, por várias correntes linguísticas que trabalham com texto e com discurso. Para essas correntes, a palavra alheia é um componente obrigatório da dimensão social da linguagem humana, componente que se torna visível nas diferentes formas de comunicação. Seja retomando, repetindo ou imitando o que os outros disseram; reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito por meio de um novo ato de enunciação, sempre que falamos em nossas palavras habitam outras vozes que não a nossa.

Desse modo, a palavra do outro entra na constituição de todo ato de enunciação produzido por um sujeito, instituindo um dialogismo permanente entre o outro e o sujeito que enuncia, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição.

De fato, a presença do outro no discurso do eu é uma tese largamente aceita nos estudos linguísticos contemporâneos, os quais procuram compreender o funcionamento discursivo/enunciativo da linguagem. No entanto, vale lembrar que, a partir do momento em que a Linguística da Enunciação começou a discutir a concepção de sujeito uno e a investigar a presença do outro na constituição dos discursos, a subjetividade, a presença do eu começou a perder terreno nos estudos da linguagem. Ora, reconhecer a presença do outro não significa anular a presença do eu, concebê-lo como um simples repositório de palavras alheias. Por isso, torna-se relevante investigar esse sujeito que busca o outro para constituir-se como tal.

Diante desse quadro, queremos chamar a atenção para o fato de que, nos estudos linguísticos atuais, muitas são as pesquisas que se preocupam com o outro no discurso do eu, porém poucas se voltam para a pesquisa do eu quando este toma o discurso do outro. Indo nessa direção, nossa preocupação centra-se mais na exploração dos sentidos produzidos pelo sujeito enunciador e na identificação das suas marcas de subjetividade ao efetuar escolhas e avaliações na interpretação do discurso do outro; e menos na identificação das formas como o discurso alheio se apresenta no discurso do eu. Nesse sentido, o objetivo principal do nosso trabalho consiste em investigar a subjetividade na incorporação do discurso alheio, ou seja, o eu no discurso do outro

É importante enfatizar que teremos o compromisso de não nos restringir às marcas formais, à questão da transmissão/recepção do discurso alheio, não reduzindo esse discurso apenas às três formas padronizadas de ensino (discurso direto, indireto e discurso indireto livre). A palavra do outro aparece, sob diferentes formas, de maneira mais ou menos explícita, com significações diversas, daí ser necessário distinguir diferentes tipos de heterogeneidade, e observar como essa heterogeneidade se apresenta na linguagem.

Graças às traduções da obra de Bakhtin (1995 [1929]), muitos estudos sobre o discurso reportado na perspectiva enunciativa e dialógica privilegiaram a interação entre os discursos, e não mais as formas de citação. Nessa perspectiva, não se trata mais de considerar o texto como objeto homogêneo produzido por um sujeito também homogêneo, mas um objeto heterogêneo, produto de um sujeito também heterogêneo.

Todo discurso manifesta a incorporação do discurso alheio. Como afirma Bakhtin (1995 [1929]), a linguagem é por natureza dialógica, já que nela se cruzam as palavras dos outros. Todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, não há discurso que seja genuinamente inovador, ele é heterogêneo por natureza. Em outras palavras, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos.

Bakhtin (1995), ao tratar das formas do discurso reportado, como o caso do discurso direto e discurso indireto, não considera essas formas como uma mera transposição de um discurso sobre outro discurso, como é feito tradicionalmente. Pelo contrário, ele critica essas concepções por não considerarem as alterações estilísticas nem o contexto narrativo.

[...] Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 147).

Flores (2009, p. 85) mostra que, para a teoria bakhtiniana, o discurso reportado é um problema específico de sintaxe que é tratado impropriamente pelos linguistas. O autor propõe que esse mecanismo seja visto a partir de uma perspectiva enunciativa, isto é, levando-se em conta as condições reais de fala. Chama a atenção para o fato de que aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, mas um ser cheio de palavras interiores. Essas palavras interiores constituem um substrato a partir do qual se dá a interação do discurso citante com o discurso apreendido do exterior. É no quadro do discurso interior que ocorre a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação.

O teórico critica a supervalorização da forma em detrimento de uma concepção ativa de transmissão/recepção do discurso alheio. Nessa linha, Brandão (2000, p. 161) lembra que uma mesma forma pode produzir efeitos de sentidos diversos e é isso que se deve levar em conta quando incorporamos discursos alheios à nossa fala.

Segundo Bakhtin (1995 [1929]), o discurso alheio é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, que possui uma construção independente e está situada fora do contexto narrativo. Em função dessa existência autônoma é que o discurso do outro passa para o contexto narrativo conservando o seu conteúdo e, ao menos, parte de sua integridade linguística e autonomia estrutural primitiva (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 144-145). O autor considera que, ao incorporar o discurso alheio, esse discurso sofre modificações e, conseqüentemente, não é mais o mesmo. No entanto, mesmo sofrendo alterações, o discurso do outro pode ser reconhecido. Assim, o discurso de outrem não se dilui nem se efetua completamente (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 145).

Dessa forma, Bakhtin afirma que todo discurso é constituído de várias vozes, que o dialogismo é a condição de existência do discurso. Na linha de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) coloca o dialogismo como condição de existência de todo discurso. A autora distingue duas ordens de heterogeneidade (como já foi exposto anteriormente): a heterogeneidade mostrada no discurso - que indica a presença do outro no discurso do locutor; e a heterogeneidade constitutiva do discurso - que dificulta a possibilidade de captar linguisticamente a presença do outro no um.

A autora explica que é da natureza do discurso ser heterogêneo, por isso a heterogeneidade é constitutiva, faz parte da constituição do discurso. Trata-se da polifonia formada pelas vozes da história e da cultura (e também, do inconsciente), que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Já a heterogeneidade mostrada revela-se de forma explícita na materialidade textual. Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, ela é a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. A heterogeneidade mostrada, ainda segundo Authier-Revuz (1990), inscreve o outro na sequência do discurso e divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade linguística e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade.

A heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. Pode acontecer através de formas marcadas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas, o itálico e o metadiscurso do locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques,

comentários). Quando não é marcada, pode-se citar o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da imitação.

Pela heterogeneidade mostrada, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 1990). Por outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

Neste contexto, Sírio Possenti (1995) vai questionar que o destaque dado ao papel do outro leva muitas teorias a negligenciar a importância do eu, a subjetividade. Segundo o autor,

A própria ideia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes apenas invertida (POSSENTI, 1995, p. 53).

Por isso, acreditamos que, junto a essa questão proposta pelo autor, faz-se necessário, associar à noção de "heterogeneidade constitutiva de todo discurso" (AUTHIER, 1990) a concepção de um sujeito ativo, que inscreve sua subjetividade no discurso sob a rubrica de um trabalho efetuado sobre a linguagem e sobre as línguas em particular, do qual resultam marcas do que Possenti (1995) chamou de "subjetividade mostrada". Em outras palavras, diante da noção de heterogeneidade mostrada, o autor propõe uma inversão – a ação do sujeito, detectada no discurso do outro, não pode ser disfarçada; tal trabalho manifestaria, na verdade, uma subjetividade mostrada¹. Frise-se que essa inversão, longe de ser uma simples mudança de nomenclatura, constitui uma quebra de paradigma na questão da constituição do sujeito.

Bem antes do questionamento de Possenti (1995), Othon Moacyr Garcia, um dos precursores dos estudos do discurso no Brasil², em seu livro "Comunicação

¹ "a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença" (POSSENTI, 1995, p. 51).

² No XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 29 de agosto de 2008, cujo homenageado foi Othon Moacyr Garcia, Vera Lúcia Paredes Silva, na apresentação de uma Conferência, destacou Garcia (1967) como um precursor dos estudos de discurso no Brasil, pelo fato de que antes mesmo de os estudos de língua portuguesa passarem a

em prosa moderna” (2006 [1967]), já estava atento para o trabalho do sujeito na incorporação da voz alheia. Segundo o autor, os verbos *dicendi*, como afirmar, indagar, retrucar, negar, gritar, solicitar, aconselhar e mandar têm como principal função indicar o interlocutor que está com a palavra.

Garcia (2006 [1967]), então, propõe uma classificação dupla para esses verbos: os verbos *declarandi* ou *dicendi* (de declaração), como verbos de elocução, que se referem à maneira pela qual alguém se expressa; e os verbos *sentienti* ou de sentir (assim chamados, por analogia aos *dicendi*) que constituem uma espécie de vicários ou variações dos verbos de elocução, com a função predominante de expressar a carga de afetividade presente na língua falada, caracterizando o estado de espírito, a reação psicológica, as emoções, as atitudes, os gestos, etc.

Mais recentemente, Marcuschi (1991) também chamou a atenção para a ação desses verbos que introduzem opiniões, em um artigo intitulado “A ação dos verbos de opinião” (1991, p. 74). Esse foi um dos primeiros textos que tivemos oportunidade de ler nessa perspectiva, sendo um dos inspiradores para a investigação que nos propomos fazer nesta pesquisa. A ideia central do artigo compreende que

[...] os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. (...) A ideia central é que os verbos agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com isto mostra-se que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa (MARCUSCHI, 1991, p. 74).

Segundo o autor, procede-se, em geral, a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor no momento em que se reproduz as opiniões de alguém. Isso cria a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado, levando a algumas indagações:

- (a) Será possível informar opiniões sem manipulá-las?
- (b) Qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões?

intitular-se estudos de Comunicação e Expressão, já o autor valorizava a língua como meio de comunicação.

Marcuschi (1991) afirma que toda informação é fruto de uma certa compreensão do fenômeno apresentado, a qual funda-se nas estruturas sócio-político-culturais de quem informa, submetendo a construção da informação ao mecanismo das condições de produção do discurso. No entanto, mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, ele tenta analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção (de verbos usados) ou avaliação. “Parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma tomada de posição diante do exposto” (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

Podemos resumir a ideia proposta pelo autor com suas próprias palavras “os verbos introdutores de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação” (MARCUSCHI, 1991, p. 91). Dessa forma, Marcuschi encerra seu estudo dizendo que

É muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas comunicação (MARCUSCHI, 1991, p. 92).

Uma proposta teórica que vai respaldar esse questionamento está na gênese proposta por Maingueneau (2008 [1995]). Como já dissemos anteriormente, para o teórico, o interdiscurso precede o discurso, e esse caráter do interdiscurso faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, mas introduz o Outro de forma traduzida, produz na verdade um simulacro do Outro, o seu próprio avesso (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100).

Desse ponto de vista, a questão não é haver dois ou mais discursos em contato, o interdiscurso precede o discurso literalmente: independentemente de haver um Outro, esse Outro será sempre desenhado a partir do Um, e na forma de simulacro.

Os enunciadores de um discurso dado adquirem o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis com ela os

enunciados das formações discursivas antagonistas. Trata-se da aptidão dos enunciadores de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) discursiva(s) que constitui(em) seu outro (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100). E mais do que isso, trata-se da aptidão de interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Esta polêmica, ao invés de prejudicar a estabilidade do discurso, como se poderia acreditar, é necessária para sua sobrevivência. É importante, porque faz parte da própria constituição do discurso.

Maingueneau também nos mostra que as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas é a atualização de um processo de delimitação recíproca localizado na própria raiz dos discursos considerados (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120). A polêmica também é necessária, pois é nessa relação com o Outro que o discurso cria possibilidade para mostrar a crença em sua superioridade.

Segundo o autor, “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se” (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 117). Sendo a polêmica intrínseca ao discurso, o conflito não se dá de qualquer maneira, uma vez que a “incompreensão” se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120).

Trata-se de ver o outro a partir de suas próprias lentes, de colocar na boca do adversário palavras que decorrem do registro negativo de seu próprio discurso. O enunciador do discurso imagina que, recusando o outro, como se este decorresse de seu registro negativo, ele está reafirmando a validade de seu registro positivo. Ou seja, o enunciador de um discurso que ocupa uma das posições nunca compreende o que se diz a partir de outra posição, mas apenas o que ele diria se ocupasse a posição do outro, tendo a ideologia que tem.

Nesse sentido, Gavazzi e Rodrigues (2003, p. 57-59), inspirados em Maingueneau (1997), sugerem que os verbos *dicendi* podem ser classificados como descritivos e avaliativos. No primeiro caso, devem-se incluir os verbos “que situam o discurso relatado na cronologia discursiva” (2003, p. 57), como, continuar, acrescentar, concluir etc., e aqueles “que indicam o tipo de discurso do interlocutor ou modo de realização fônica do enunciado” (2003, p. 57), como perguntar,

responder, descrever, murmurar etc. Quanto aos verbos avaliativos, as autoras postulam que estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista – é ele quem traduz as intenções do seu interlocutor, segundo o seu próprio ponto de vista ou de um grupo que ele representa. Analisando os verbos sob a perspectiva da avaliação, estaríamos, portanto, no âmbito da ação de tais verbos, que revelariam a intenção do enunciador do discurso citante nas seguintes categorias (GAVAZZI e RODRIGUES, 2003, 57-59):

- a) Efeito de imparcialidade: aqui se enquadram verbos como dizer, falar, declarar, opinar etc., considerados “neutros” em relação a outros modalizadores.
- b) Valorização negativa: verbos como jurar, imaginar, garantir, acreditar, sonhar, tentar justificar, choramingar, desconversar etc., ao serem empregados, desvalorizam a fala do outro, não lhe conferindo credibilidade.
- c) Valorização positiva: nesse caso, enaltece-se a figura do outro, colocando em posição de superioridade, na qual ele pode aconselhar, explicar, pontificar, analisar, diagnosticar, ensinar, ponderar, teorizar etc.
- d) Polemização: os verbos desta categoria revelam o conflito existente entre pessoas e grupos, contribuindo para acirrar ainda mais a discussão. São eles: ironizar, devolver (no sentido de revidar uma ofensa/acusação), atacar, disparar, alfinetar, culpar, gozar, cutucar, discordar, entre outros.
- e) Solidariedade: utilizados quando o outro se encontra, segundo o jornalista, em posição de injustiça social, solidarizando-se com sua causa: desabafar, queixar-se, indignar-se, lamentar, pedir, lembrar.

Desse modo, acreditamos, seguindo as autoras citadas, que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por agir também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de ideias.

Charaudeau (2006, 2008) também vai discutir a heterogeneidade constitutiva do discurso. Baseado no pensamento bakhtiniano, o autor faz a seguinte afirmação:

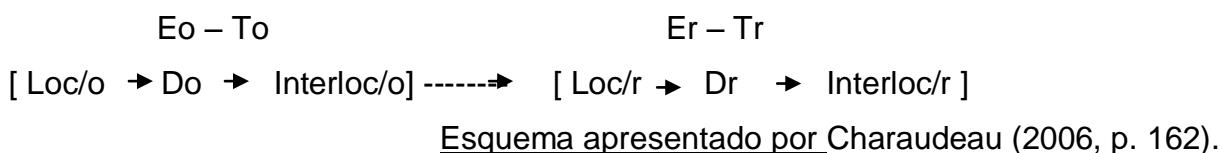
Todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado se este último fosse definido de maneira ampla: ao vir ao mundo, cada ser humano é imediatamente mergulhado num oceano de palavras; não de palavras circulando como anjinhos anunciando seu advento, mas palavras corporificadas em seres humanos, seres humanos que durante toda vida constituirão esse outro eu com quem e contra quem cada um deverá travar combates para construir sua identidade. Retomado, repetindo, imitando, o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através de seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si (CHARAUDEAU, 2006, p. 161).

Fica evidente, no excerto transcrito, que Charaudeau reconhece no discurso uma heterogeneidade constitutiva. Ao se apropriar do conceito de dialogismo de Bakhtin, Charaudeau (2008, p. 161) afirma que “a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um ‘dialogismo’ permanente entre o outro e o sujeito que fala”. Dessa forma, o autor concebe que todo discurso é heterogêneo por definição, uma vez que é instituído no contexto sócio-cultural.

O discurso relatado é uma modalidade complexa que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado, e da descrição dos modos de enunciação de origem (CHARAUDEAU, 2008, p. 102). Charaudeau (2006, p.162), priorizando o nível formal, diz que o discurso relatado caracteriza-se pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito, deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. Mas adverte:

Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema da fronteira entre “discurso relatado” e “interdiscursividade”, fenômeno geral da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada. É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugerir-los, ou de deixá-los à apreciação do interlocutor. Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse [a] ele. É nesse jogo de marcação-demarcação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação (CHARAUDEAU, 2006, p. 162).

O certo é que no discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. Nessa direção, o autor esquematiza o discurso relatado como um ato de enunciação pelo qual um locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num espaço-tempo (Eo – To) diferente daquele (Er – Tr) do dito relatado (Dr), do locutor-relator (loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r). Esse mecanismo, Charaudeau representa da seguinte maneira:



No entanto, o locutor-relator (Loc/r) não pode coincidir necessariamente com o interlocutor de origem (Interloc/o). Um ou vários intermediários podem intervir entre os dois, o que pode ocasionar um certo número de problemas em relação ao grau de fidelidade, ao modo de reprodução e ao tipo de "distância" do locutor. Por exemplo, em “Ele me havia dito que...”, o locutor-relator coincide com o interlocutor de origem, porém o mesmo não ocorre em “Ele lhe havia dito que...”. A fidelidade pode estar presente no discurso reportado, em graus diferentes, de acordo com uma intenção clara, ou não, da parte do relator.

Procurando tecer considerações finais acerca da presente pesquisa, chamamos a atenção para o fato de que o objetivo geral deste trabalho consistiu em identificar e analisar, no gênero reportagem, a subjetividade na incorporação do discurso alheio, a partir de um quadro teórico que buscou articular a concepção de Heterogeneidade do Sujeito e a Teoria Semiolingüística.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: GERALDI, João Wanderley. ILARI, Rodolfo. LEMOS, Cláudia T. G. de. (Org.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas – SP, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995/ [1929].

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002/ [1970].

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 2003/ [1979].

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [PAULIUKONIS, A. L. & MACHADO, I. L.] São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV, 2006 / [1967].

GAVAZZI, Sigrid.; RODRIGUES, Tânia Maria. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Org.) **Texto e discurso : Mídia Literatura e Ensino**. São Paulo: Lucerda. 2003, p. 51-61.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997/ [1987].

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008/ [1995].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. In: **Intercom** – revista brasileira de comunicação - 64. São Paulo, 1991, p. 74-92.

POSSENTI, Sírio. **O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada.**
In: **Revista de Linguística ALFA – A análise do discurso.** São Paulo: Editora
UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 45-55.